



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 04 /22**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 30 DE  
SETEMBRO DE 2022**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Diogo da Silva Mourão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares, João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rui Miguel da Silva Mortal e Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira e Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

*Pelo Partido Socialista:*

- José Luís Nunes Catalão, por motivo de se encontrar ausente do país, tendo sido substituído por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Álvaro Jacinto Costa, por motivos de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Helena Paula Menezes Batista e Orlando da Cruz Paninho de Almeida Gomes, por motivos de ordem pessoal, tendo sido substituído por João Nuno Navarro Baptista Coelho (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pelo Partido CHEGA:*

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Fernando Manuel Teles Brandão (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e o senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado.

Faltaram à sessão o senhor vereador Dário João Ferra Moura, por motivos profissionais e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco, também por

motivos profissionais, tendo sido substituído pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro (Documentos anexos à Minuta da Ata).

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto este período, ao abrigo da alínea c), do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 11 de fevereiro de 2022**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, João Nuno Navarro Baptista Coelho e Fernando Manuel Teles Brandão por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril de 2022**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: José João Pereira Tavares, Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, João Nuno Navarro Baptista Coelho, Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Leonel Cristóvão Cunha Fina e Fernando Manuel Teles Brandão por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Referiu que no seguimento da transferência de competências da área da Educação para os municípios, foi divulgado que o Governo em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses elaborou uma lista com os edifícios escolares a intervencionar, classificados como urgente, muito urgente e prioritário. Nessa lista a Escola Básica El Rei D. Manuel I vem classificada como prioritária. Nesse sentido questionou: se o executivo tem alguma indicação sobre essa matéria; quais são as intervenções a realizar; os prazos em que essas intervenções serão realizadas; se estão a ser pensadas alternativas para o ano letivo de forma a minimizar quaisquer perturbações que possam acontecer no decorrer dessas intervenções.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Mencionou que desde o primeiro dia da implementação da nova transportadora “Carris Metropolitana” que não estão a ser cumpridos horários, nem a ser cumpridos os trajetos acordados. Neste momento a situação está caótica, pessoas colocam os seus empregos em causa por chegarem constantemente atrasadas, pessoas que estão a pagar taxas por não conseguirem chegar a horas a Alcochete para irem buscar os filhos aos ATL, jovens que fazem quilómetros para chegarem à primeira aula a tempo e horas, verificando-se também que acabaram com algumas carreiras, por exemplo, com a carreira que faz a ligação Alcochete/Cais do Seixalinho, sem aviso prévio. Dado estes factos, questionou o que é que a câmara municipal tem feito e que medidas é que está a tomar, no sentido de a população do concelho de Alcochete deixar de ter estes problemas.

Mais questionou porque ainda não foram elaborados os Acordos de Execução com as juntas de freguesia do concelho.

Seguidamente, dado que a autarquia no âmbito da transferência de competências tem a seu cargo as escolas, interrogou porque os pavilhões das escolas não estão a funcionar em prol da comunidade, no sentido das várias

coletividades e associações terem horário para praticarem as suas modalidades.

- Fernando Brandão, bancada do Chega

Questionou o executivo sobre:

- » Qual o atual impacto da empresa de transportes da Área Metropolitana nos utilizadores de Alcochete, dado que o feedback é que os constrangimentos continuam e não são apenas queixas em Alcochete, mas alarga-se a outros concelhos;
- » Qual o estado da obra do futuro hotel “Vera Rio” e, nomeadamente informação porque a obra está, supostamente, embargada;
- » Dado ter vindo a público que os municípios tinham arrecadado uma receita recorde de IMT, perguntou qual foi o impacto do IMT no concelho de Alcochete e qual era no momento a situação do IMT.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Solicitou informação sobre:

- » Que medidas ou ações que executivo tomou relativamente a toda a situação que está a acontecer com transportes rodoviários, que se tem revelado bastante negativo para milhares de pessoas (dado que não está a acontecer só no nosso concelho) inclusivamente nas áreas que já começaram a operar, áreas 3 e 4;
- » O arranque do ano letivo no concelho;
- » Ponto e situação das obras que se encontram a decorrer no concelho, relativamente às obras da avenida Canto do Pinheiro, rua de Vale Figueira, Escola Básica do Samouco e Polidesportivo adjacente a esta escola.
- » Se o executivo tem conhecimento e que diligências estão a ser efetuadas relativamente à falta de segurança e meios por parte da G.N.R. de Alcochete. Existem relatos que existe um escasso corpo de patrulha para o concelho e em certas emergências a G.N.R. diz aos

municípios que não tem meios disponíveis e que tem de chamar patrulhas de outros municípios.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Solicitou informação sobre o ponto e situação das obras da avenida do Canto do Pinheiro e rua Vale de Figueira. Salientou que o prazo de execução da obra da rua Vale de Figueira seria o dia 7 de agosto de 2022 e estamos no final do mês de setembro e a obra não está concluída. Quanto à obra da avenida Canto do Pinheiro, realçou que era notório os inconvenientes causados à população local, pelo que questionou se o planeamento da obra está conforme o previsto e para quando está previsto o seu término.

Interrogou sobre o que está a ser efetuado, depois de tanta promessa, para melhorar e terminar com o problema do estacionamento, nomeadamente o estacionamento abusivo na zona das Barrocas, junto à Igreja Nossa senhora da Vida.

- Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Solicitou informação sobre o número de assistentes operacionais colocados em cada uma das escolas do concelho.

- Presidente da câmara

Em resposta à deputada Andreia Sousa, relativamente à questão da Escola E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I, referiu que esta é uma escola que do ponto de vista da sua infraestrutura está com uma degradação acima da média, o que não permite, quer ao corpo docente, quer ao corpo não docente e, sobretudo, aos jovens que frequentam este estabelecimento de ensino as melhores condições de conforto e segurança. Mas o mais preocupante é o problema da sobrelotação. Neste momento são 52 turmas para uma escola que deveria ter 32/34 turmas, um problema que se arrasta há mais de 10 anos. Quanto ao trabalho que o Ministério da Educação desenvolveu em todos os

estabelecimentos de ensino, classificando os estabelecimentos em 3 critérios, como prioritários, urgentes e muito urgente, sendo muito urgente aquele em que se tem de agir em primeira instância, mencionou que este procedimento está relacionado com dois outros aspetos que são fundamentais, nomeadamente a existência de uma Carta Educativa e no que diz respeito ao município de Alcochete o trabalho está realizado, muito em breve será submetido à apreciação da câmara municipal e seguidamente à Assembleia Municipal e depois com a existência ou não de projetos. O facto desta escola estar catalogada como prioritária, abaixo da ordem das prioridades muito urgente e urgente, não implica que necessariamente seja a terceira opção, ou seja, tudo tem a ver com a Carta Educativa e com os projetos. Salientou que a autarquia está em perfeita articulação com o Agrupamento de Escolas de Alcochete e, particularmente com o seu diretor, bem como com o delegado regional, tendo havido já uma reunião de acompanhamento de monitorização sobre a descentralização de competências e está agendado uma reunião com a tutela, no sentido de se poder dar nota, de viva-voz, daquilo que são as preocupações com a Escola E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I que apresenta sérios problemas estruturais, assim como com a Escola Secundária que já começa a denotar algumas fraquezas.

Quanto ao tema dos transportes, referiu que mais do que o constrangimento que está a ser criado aos utentes, mais do que as dificuldades acrescidas que estão a ser colocadas, para si o que é inadmissível é o incumprimento regular e assíduo por parte da operadora que coube em sorte na área quatro, mexe, literalmente, com a vida das pessoas e isso é inadmissível. Enquanto presidente da câmara municipal não admite qualquer atitude e situação que implique com a vida da população, portanto, naturalmente que se tem manifestado junto das entidades competentes. Todavia, salientou que esta matriz da questão da sustentabilidade e mobilidade que a partir do mandato anterior ganhou corpo na Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi um projeto arrojado, desafiante e, sobretudo, um projeto que ligou todos os representantes políticos que têm assento na AML e em que a votação foi sempre unânime em todos os passos que foram dados ao longo dos últimos quatro anos e que resultou também no Passe “Navegante”, com uma melhoria significativa, no



que diz respeito à vida das pessoas que têm que se deslocar de Alcochete para Lisboa e que deixaram de pagar €120,00 em transportes públicos, para pagar €40,00 com a possibilidade de se puderem deslocar em toda a AML. Foi um passo que só foi possível graças aos 16 municípios dos 18 que compõem a AML, não tendo sido os 18 porque existem municípios que detêm transportes coletivos próprios e por isso não entraram na fórmula de financiamento do Passe “Navegante”. A Câmara Municipal de Alcochete, em função da densidade populacional e da sua área geográfica, financia o passe com cerca de €350.000,00/ano, que é uma verba significativamente avultada para aquilo que é normalmente a situação financeira da autarquia, mas vale a pena quando se trabalha em prol das pessoas e quando se está a contribuir para melhorar significativamente a vida das pessoas. O que não esperava que acontecesse foi a hecatombe que aconteceu a partir do dia 1 de junho. Enquanto presidente da câmara e membro do Conselho Metropolitano da AML, é para si frustrante e confrangedor aquilo que se está a passar.

Informou que desde a primeira hora, a autarquia assumiu um papel relevante, tentando erradicar os problemas existentes, salientando que o problema não reside apenas na falta de motoristas, existe uma falta enorme de motorista, pelo que estão para chegar motoristas do Brasil e Cabo Verde, porque não existem motoristas em Portugal que correspondam àquilo que são as necessidades da Alsa Todi, consórcio entre duas empresas, a Todi que é uma empresa portuguesa e a Alsa que é uma empresa espanhola que tem na sua sede mãe, uma empresa com mais de um século de existência, dedicado apenas e só ao transporte rodoviário de passageiros, com assento em vários países da Europa e vários países do mundo, não se estando, por isso, a falar de duas empresas que começaram agora a sua atividade. Existem outros problemas, como: a loja do Passe “Navegante” estar sediada num espaço exíguo e que não dispõe de condições para receber pessoas com mobilidade reduzida, a existência de paragens que ainda não estão devidamente identificadas, horários que estão supridos, outros não estão a ser cumpridos, portanto, o que está a acontecer não corresponde integralmente ao caderno de encargos da própria Câmara Municipal de Alcochete. Depois quanto ao controlo da rede, não existe um plano de exploração ou negócio, que é um

elemento fundamental para gerir a rede, está previsto, nas paragens principais a existência de uma “interface” para dar indicação quanto tempo de distância está o próximo autocarro, mas nada disso existe. Este consórcio também não funciona com uma aplicação tecnológica, assim as escalas e a rede são feitas em papel.

Informou que na passada quinta-feira reuniu o Conselho Metropolitano, onde foram discutidos vários assuntos, mas fundamentalmente a questão dos transportes (o operador não estava representado), onde teve oportunidade de questionar como é possível se estar a vivenciar este problema a dois dias de fazer quatro meses da operação ter entrado em vigor, uma operação que era para ter começado a 1 de julho, mas que a operadora entendeu que tinha as condições reunidas para começar um mês antes, depois de ter dito que até poderia ter começado no dia 1 de abril. A explicação que foi dada foi que a operadora antes de iniciar a operação estava a contar realizar subcontratação, de cerca de 70/80 motoristas disponíveis, por parte de uma empresa do Norte, contudo, esta deu o dito pelo não dito e deixou de estar disponível para cedência dos respetivos motoristas. Os Transportes Sul do Tejo (TST) dispensaram uma série de trabalhadores, mas tinha a decorrer a alguns meses uma revisão ao acordo coletivo de trabalho (motoristas em particular), pelo que este consórcio herdou um conjunto grande desses motoristas sem saber que estava em curso essa revisão, o que acabou por ter algum peso nos condicionalismos que tiveram os transportes rodoviários.

Para finalizar esta questão, referiu que o próprio e o vereador Pedro Lavrado durante estes quatro meses têm estado diariamente, junto da TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) ou AML, dando nota das críticas chegadas à autarquia, criando exigências e reclamando para que sejam aplicadas as coimas e as sanções que do ponto de vista jurídico estão previstas serem aplicadas. Ainda referiu que os motoristas de Cabo Verde e do Brasil ainda não chegaram porque ainda não conseguiram desbloquear a questão dos vistos e dos passaportes. Considera que este processo tinha tudo para ter um final feliz, todavia está a ser uma história cheia de tropelias, de

grandes adversidades, prejudicando a vida das pessoas o que lamenta profundamente.

Relativamente aos Acordos de Execução, referiu que com a descentralização de competências deixou de haver esta figura, em que as juntas de freguesias diziam o que se dispunham a realizar e em consonância e articulação com a câmara municipal era efetuado um cálculo dos valores, sendo estes pagos mensalmente durante o período em que encontrava em vigor o Acordo de Execução. Atualmente processa-se de uma forma diferente, é um assunto muito complexo, já foram levadas a cabo reuniões com as juntas de freguesia, nalguns casos está-se a guardar, por parte das juntas, o envio de um conjunto de documentação, adiantando que as juntas de freguesia não estão sem dinheiro e até a descentralização estar definida, está a ser redigido o Acordo de Execução que, entretanto, vigorará.

Seguidamente, o presidente da câmara pediu autorização para a vereadora Maria de Fátima Soares usar da palavra para resposta às questões colocadas relativas às escolas, o que foi autorizado pelo presidente da assembleia.

– Vereadora Maria de Fátima Soares

Começou por mencionar que o ano letivo começou de forma normal, como antes do Covid-19, ou seja, sem bolhas, sem horários regulados, deixou de haver duas entradas, voltaram todas a ser efetuadas pela portaria principal.

Informou que existem falhas pontuais de alguns docentes, com maior incidência nos professores de 3.º Ciclo e Secundário. Verifica-se que muitos dos docentes que foram contratados, apresentam atestado médico e se o mesmo não for por doença prolongada, o primeiro atestado é de 15 dias, o que não permite que a vaga vá a concurso, pelo que se terá de esperar pelo segundo atestado médico e se for de 30 dias, então permite que a vaga vá a concurso. Também, muitas das vezes, as substituições não são efetuadas porque os docentes que vão substituir também apresentam atestado médico. Estas questões são determinadas pelo Ministério da Educação, pelo que o agrupamento de escolas não pode ultrapassar e a autarquia não pode interferir.

Ao nível do pessoal não docente e efetuando uma ponte com a questão relacionada com os pavilhões escolares, informou que o número de assistentes técnicos cumpre o rácio e que é o agrupamento de escolas que faz a gestão dos pavilhões, contudo, não tem pessoal suficiente para estes estarem abertos até à 23h00/24h00. Apesar de o pessoal não docente estar, neste momento, afeto à autarquia, a câmara também ainda não tem condições para fazer esse planeamento e colocar mais assistentes técnicos para abertura e fecho dos pavilhões, assistindo-se ainda o facto de o pavilhão da Escola Secundária se situar no interior da escola, pelo que ter-se-ia de ter alguém disponível na portaria, além do controlo efetivo dentro do pavilhão. Informou ainda que um dos porteiros se reformou, existindo assim, mais esse défice.

Deu nota que no âmbito da Descentralização de Competências foi efetuado um despacho que dá autonomia ao diretor do agrupamento de escolas para gerir o pessoal não docente, bem como o edificado e contratação de serviços, tendo, portanto, assim o seu orçamento privativo.

Esclareceu que os assistentes operacionais são colocados nas escolas de acordo com a Portaria n.º 73-A/2021, de 30 de março e, assim para o 1.º Ciclo será uma média de 1 auxiliar por 30 alunos, no 2.º e 3.º Ciclos o número depende da tipologia da escola e se a mesma tem ou não pavilhão.

Informou que de acordo com o rácio, existe um défice de três assistentes operacionais, devido ao aumento do número de alunos, no entanto, neste momento a autarquia já terminou a fase de seleção do concurso a termo certo e, de acordo com os prazos legais, espera-se colocar cinco assistentes operacionais na segunda quinzena do mês de outubro, ficando assim com um número acima do rácio, mas mesmo assim poderá ser pouco, dado as faltas pontuais.

– Presidente da câmara

Quanto às questões colocadas pelo deputado Fernando Brandão, informou que a obra do hotel “Vera Rio” não se encontra embargada e que a licença de construção ainda se encontra em vigor.

Relativamente à questão do IMT, mencionou que este é um imposto que a autarquia recebe em função das transações comerciais de imóveis e tem sido um imposto que tem permitido realizar todo o trabalho que está à vista desde o mandato anterior. Permiteu, respondendo também há questão colocada pelo deputado Diogo Mourão, requalificar e ampliar a Escola Básica do Samouco, uma obra que ascendeu a mais de €1.000.000,00, bem como o polidesportivo contíguo a esta escola que já se encontra requalificado, uma obra também com um valor significativo, ressaltando que ao longo de cinco anos foram investidos mais de €6.000.000,00 na requalificação do parque escolar. Este imposto também possibilitou investimento na Carta Educativa, na rede viária, nas infraestruturas desportivas e nos equipamentos municipais. No encerramento do ano de 2021, esta receita atingiu um valor de mais de €5.000.000,00, este ano no fecho do mês de setembro já apresenta um valor de muito perto de €6.000.000,00, contudo, considera que no próximo ano e ano subsequente o valor vai estagnar, devido à crise que a Europa e o Mundo está a vivenciar, por via da guerra.

No que concerne às forças de segurança pública, mencionou que nos últimos dias a freguesia de Alcochete foi assolada com dois problemas, do ponto de vista da segurança que envolveu jovens da Escola E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I, em que a autarquia está a acompanhar o assunto, bem como o Agrupamento de Escolas de Alcochete, tendo esta, no presente dia, reunido com a G.N.R. sobre esta matéria, pelo que está em crer que irá haver uma maior participação da “Escola Segura” e do patrulhamento nas horas de entrada e saída de maior volume estudantil deste estabelecimento de ensino.

Informou que o Comandante do Posto Territorial de Alcochete terminou a sua missão, o 1.º Sargento Alves, que será substituído, pelo que, assim que o novo Comandante iniciar o exercício das suas funções, irá solicitar uma reunião com o mesmo, no sentido de verificar se existe no Posto Territorial de Alcochete

necessidade de recursos humanos, e se assim for, irá reivindicar junto da tutela (Ministério da Administração Interna) os recursos necessários.

Em resposta ao deputado Rui Mortal, quanto à questão do estacionamento, começou por referir que existe um compromisso eleitoral do presente executivo de aumentar as bolsas de estacionamento no concelho e, particularmente, na vila de Alcochete. Assim, informou que estavam terminadas as negociações com o investidor da construção de um conjunto de fogos na devoluta fábrica do “Orvalho”, onde o executivo irá assegurar a cerca de 300 metros do centro da vila de Alcochete, 250 lugares de estacionamento, ao invés dos 126 que inicialmente estavam previstos, pelo que considera uma boa medida.

Relativamente à obra da rua Vale Figueira, mencionou que o deputado, talvez, tivesse um pouco distraído, dado que o prazo de execução foi prorrogado em reunião de câmara, sendo agora o seu prazo, o dia 20 de outubro de 2022. Congratula-se pelo facto de os moradores agora terem aquilo que considera fundamental e primário em pleno século XXI, ou seja, saneamento básico e não terem de estar sujeitos ainda às fossas sépticas. Salientou que a obra também consiste na criação de estacionamento e requalificação da rede viária.

Quanto à obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, começou por referir que não iria esgrimir com o deputado aquilo que talvez fosse a sua intenção, uma luta político partidária, porque aquilo que o importa, fundamentalmente, é servir as pessoas e por isso é que trabalha todos os dias em prol das pessoas. Continuou referindo que esta é uma obra em que o valor ascende a mais de €2.000.000,00, ao nível do quadro comunitário tem um valor elegível de cerca de €1.500.000,00 e uma comparticipação financeira por via do Fundo Comunitário de cerca de €800.000,00. Salientou que antes do começo da obra teve oportunidade de reunir com todos os moradores e comerciantes da zona, no sentido de explicar no que consistia a obra e aquilo que poderiam ser os constrangimentos, bem como informar os mesmos que a autarquia iria fazer de tudo o que tivesse ao seu alcance para poder de alguma forma mitigar os problemas colaterais que uma obra desta natureza acarreta. Um desses problemas foi, por exemplo, o facto de ter de suprimir as duas

paragens de autocarros, tendo a câmara municipal assumido o transporte das pessoas para a paragem mais próxima, através da contratação de um minibus.

Ressalvou que o troço compreendido entre a avenida 5 de Outubro e avenida Canto do Pinheiro tem apenas duas saídas, uma na rua da Tacôa e outra junto à empresa “Eviosys”, pelo que, do ponto vista técnico, seria impensável a obra ser executada por fases, salientando o facto de não se estar a falar de uma obra de repavimentação, mas sim de uma obra de alteração de todas as infraestruturas, isto é, todas as infraestruturas aéreas passarem a funcionar no subsolo.

É uma obra que tem um prazo de execução estimado de um ano, previsto terminar em finais de outubro, mas aquando da reunião com os moradores e comerciantes disse na altura que tinha muitas dúvidas que isso fosse acontecer, até pelo histórico das obras levadas a cabo. É um problema transversal a todos os municípios e deve-se, fundamentalmente, à falta de materiais, à falta de prazo de entrega de materiais e a uma grande escassez de mão-de-obra.

Seguidamente, o presidente da câmara pediu autorização para o vereador Pedro Lavrado usar da palavra, o que foi autorizado pelo presidente da assembleia.

– Vereador Pedro Lavrado

Mencionou que a obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, como referido pelo senhor presidente da câmara, é uma obra complexa que requer a substituição de todas as infraestruturas se subsolo, uma obra que tecnicamente não é possível ser executada por fases. Informou que o troço compreendido entre a rua da Tacôa, a rua Fernando Pessoa e estrada das Hortas, neste momento, já tem os passeios concluídos, com o pavê completamente colocado no lado sul, estando a ser acabado na zona entre a rua Fernando Pessoa e Estrada das Hortas a caixa de pavimento. O pavimento está a ser preparado para poder levar de seguida o alcatrão, até ao final do mês de outubro. Assim,

no início do mês de novembro o troço compreendido entre a rua da Tacôa e a Estrada das Hortas terá a primeira camada de alcatrão (a camada de desgaste será só colocada no final da obra), sendo, portanto, possível circular com mais segurança pela via, assim como pelos passeios, dado que irá ser iniciada a colocação da ciclovia e também do pavê do lado norte.

Em relação ao restante troço da obra, da Estrada das Hortas até à empresa “Eviosys”, o coletor de esgotos domésticos está efetuado na sua totalidade, os ramais das casas, entre a Estrada das Hortas e a bomba de gasolina estão executados praticamente na sua totalidade, faltando apenas desde a bomba para a frente. Estando estes ramais executados é possível depois começar a preparar o pavimento, colocar lancis e tudo o resto para conclusão da obra.

Está à vista de todos que a obra não vai ser concluída nos doze meses, irá ser presente a reunião de câmara, brevemente, a prorrogação do prazo, mas considera que é importante a data de final do mês de outubro para pavimentação do troço compreendido entre a rua da Tacôa e a estrada das Hortas, porque abrange a existência de maior aglomerado de habitação, estando convencido que a partir dessa data os constrangimentos não acabarão, mas irão reduzir muito, porque é aí que se concentra o grosso dos habitantes.

Informou que o município tem um técnico adstrito a esta obra e que contratou uma empresa de fiscalização que tem um engenheiro civil a tempo inteiro para o efeito.

– Rui Mortal, bancada da CDU

Começou por referir que não era distraído, mas como não é vereador da câmara municipal, não tem de saber o que se trata em reunião de câmara, é deputado da assembleia municipal e, portanto, é neste órgão que apresenta as questões.



Continuou referindo que quanto à questão do porteiro da escola que se reformou, que o mesmo não se reformou de um dia para o outro, de acordo com a Lei laboral existem regras, pelo que deve ter informado a entidade patronal do mesmo.

Em relação ao transporte rodoviário mencionou que todos estão de acordo que a situação não está bem, pelo que a questão prende-se em saber quando é que vai estar e o que foi feito, entretanto, não pondo em causa todas as diligências que possam ter sido efetuadas pelo executivo camarário e, se existe outra solução, uma solução B. Considera que se os municípios deixarem de pagar a sua parte à empresa, a mesma deixará de operar, pelo que questionou onde está depois o transporte público no concelho de Alcochete.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Quanto à questão dos pavilhões escolares, referiu que daquilo que percebeu da intervenção da senhora vereadora Maria de Fátima Soares é que o agrupamento de escolas vai continuar a ter na sua posse estas infraestruturas e geri-los como bem entende, querendo isso dizer que irá continuar a ter coletividades sem poder utilizar os pavilhões porque não podem pagar as exorbitâncias que o agrupamento pede à hora pela sua utilização. Considera que a câmara municipal deveria repensar essa situação, também como forma de aligeirar os horários dos pavilhões municipais e no sentido de permitir que a comunidade desportiva tivesse mais horários para outras ou mais modalidades que existem nas várias coletividades.

– Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Referiu que relativamente à questão que colocou sobre os assistentes operacionais, não foi de quantos assistentes operacionais tinham de existir em cada escola, mas quantos é que existiam. Referenciou que do que sabia era que na Escola E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I existiam menos de 30 assistentes operacionais para cerca de 1000 alunos. Questionou se o executivo considerava este número adequado. Relativamente aos distúrbios que

ocorreram junto ao portão deste estabelecimento de ensino, perguntou que medidas foram levadas a cabo pela autarquia. Saliou que os distúrbios ocorreram de segunda a quinta-feira, tendo havido crianças do 5.º ano que já se encontravam no exterior da escola quando foram lançadas pedras para dentro da escola e da escola para fora e essas crianças já não puderam voltar a entrar, porque já não tinham aulas da parte da tarde, encontravam-se a aguardar que os pais ou carrinhas de transporte as fosse buscar, ou seja, não foi permitida a entrada destas crianças de 5.º ano, com apenas 10 anos de idade e que a escola tem obrigação de as proteger e não protegeu, certamente porque não existem assistentes operacionais em número suficiente para acautelar estas situações. Enquanto deputada eleita pela bancada da CDU, enquanto mãe, enquanto munícipe preocupa-lhe estes acontecimentos, verificou a existência de dois elementos da G.N.R. em cada um dos dias, todavia, questionou o que é que a autarquia pensa fazer para que não se venha a repetir estes casos, considerando que é um outro problema estrutural que existe em Alcochete.

– Presidente da assembleia

Solicitou para que não sejam discutidos, não assuntos, como por exemplo, estar a discutir sobre a reforma de uma pessoa que nem ainda se reformou e sobre os pavilhões das escolas, dado que as coletividades estão a usufruir da utilização dos mesmos.

– Presidente da câmara

Em resposta ao deputado Rui Mortal, relativamente ao transporte rodoviário, aludiu que gostaria muito de lhe poder apresentar uma solução, mas não tem, como não têm os presidentes das câmaras municipais de Setúbal, do Montijo, de Palmela e da Moita. Lamenta esse facto, mais ainda por Alcochete ter uma particularidade diferente dos restantes municípios da área 4, ou seja, não existe outra alternativa a não ser o transporte rodoviário, enquanto os outros municípios têm outras alternativas, o transporte fluvial ou ferroviário. Portanto, o único caminho a fazer é o da reivindicação, de pressão e pedir para que

sejam aplicadas sanções e as coimas ao operador. Gostava de poder dizer que se este consórcio não consegue cumprir com o contrato, rescinde-se o contrato e contrata-se a empresa que ficou em segundo ou terceiro lugar no concurso, só que não há uma empresa que tenha ficado em segundo lugar e considera que não existe no nosso país empresas que estejam disponíveis para realizar o trabalho que este consórcio tem de efetuar, pelo que o que se pede ao consórcio é que cumpra integralmente com o contrato que rubricou.

Quanto à temática da segurança, começou por referiu que o município de Alcochete tem um conjunto grande de problemas estruturantes, mas em 2017 tinha muitos mais. Seguidamente, mencionou que só teve conhecimento, durante a presente semana, da ocorrência de duas situações, salientando que teve o cuidado, por via do Agrupamento de Escolas de Alcochete e da G.N.R., de acompanhar o assunto. Evidenciou que não iria entrar numa questão de discussão político partidária, porque como a senhora deputada sabe, manter a ordem pública é uma competência das forças de autoridade, não é uma competência da Câmara Municipal de Alcochete. Não obstante esse facto, a Câmara Municipal de Alcochete com o presente executivo estará sempre ao lado de todas as entidades em busca de soluções.

Para resposta quanto às outras questões, solicitou autorização para a vereadora Maria de Fátima Soares usar da palavra, o que foi autorizado pelo presidente da assembleia.

– Vereadora Maria de Fátima Soares

Em resposta ao deputado Rui Mortal, em relação ao porteiro e quando refere que a autarquia devia se ter precavido, chamou a atenção para o facto de se estar a falar de concursos públicos e, como tal, não são efetuados de um dia para o outro, obedece a certos requisitos e, obviamente, irá ter o seu tempo. Informou que a autarquia se encontra a consultar alguns funcionários com trabalhos moderados para o lugar, mas considera que não vai ser fácil porque o horário é das 16h00 às 24h00.

Quanto aos pavilhões escolares, referiu que não tinha dito que os pavilhões estavam fechados, a utilização é que está reduzida pela falta de pessoal. Salientou que autarquia desde há 3 anos a esta parte isentou o movimento associativo do pagamento das taxas de utilização dos espaços desportivos, considerando ser uma mais-valia para as coletividades.

Relativamente às auxiliares existentes na Escola E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I, reiterou que o rácio está cumprido, agora nenhuma organização consegue prever as faltas, tal como acontece com os professores, acontece também com as auxiliares. Transmitiu que o município, no ano transato, teve o cuidado de realizar um concurso para substituições, estando a lista de recrutamento a terminar, porque as pessoas quando são chamadas para trabalhar durante um mês ou mês e meio, a perspetiva é tão curta que acabam por desistir e saem da lista.

Quanto aos confrontos que existiram entre os alunos, nomeadamente junto ao portão da escola, informou que a autarquia tem acompanhado a situação diariamente com a direção do agrupamento, tendo os episódios sucedido na segunda-feira, às 13h15 e na quarta-feira, mas controlado pela G.N.R., não tendo conhecimento de mais nenhuma ocorrência. Informou ainda que a G.N.R. está a acompanhar de perto a situação, que a direção do agrupamento reuniu com os responsáveis das crianças envolvidas nos confrontos e que a autarquia já se disponibilizou para ajudar a fazer parte da solução, nomeadamente, realizar algumas ações no âmbito da violência e do *bullying*.

– Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Considera que o senhor presidente da câmara tenta distorcer sempre aquilo que os elementos da bancada da CDU dizem a seu favor e falar em questões político partidárias, ou seja, politizar. Salientou que apenas colocou uma questão que é uma preocupação da comunidade, não só educativa, mas que o senhor presidente reage como se lhe estivéssemos a fazer um ataque, mais do que político partidário, um ataque pessoal. Realçou que ficou esclarecida com a explicação dada pela senhora vereadora, explicação que o senhor presidente

podia também ter dado, sem fazer os comentários que fez dirigidos à bancada da CDU. Salientou que sabe que ordem pública é uma competência da G.N.R., todavia, a falta de pessoal é uma competência da câmara municipal e era sobre esse assunto que pretendia que o senhor presidente tivesse esclarecido.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Quanto à questão do reformado, questionou se o concurso já estava aberto ou não.

O que concerne aos transportes rodoviários, conclui, pela explicação dada pelo senhor presidente, que se está num beco sem saída, ou seja, se a empresa não cumprir com o acordado, vai-se aplicar coimas, tanto como sabe são coimas pesadas, pelo que, possivelmente, a empresa ficará sem condições de exercer minimamente a sua atividade, portanto, não se vê grande alternativa para a “Carris Metropolitana”.

Referiu que os elementos da bancada da CDU estavam disponíveis para ajudar os utilizadores da Carris Metropolitana, nomeadamente para fazer chegar as suas reclamações ao executivo camarário e às entidades competentes.

- Presidente da câmara

No que diz respeito à aplicabilidade das coimas e sanções à “Carris Metropolitana”, referiu que essa não será apenas e só uma decisão da Câmara Municipal de Alcochete, é uma decisão que compete aos 18 municípios da área Metropolitana de Lisboa.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “Mikhail Gorbatchov”:

«*Mikhail Gorbatchov* morreu no passado dia 30 de agosto, aos 91 anos, em Moscovo, tendo sido o último líder da União Soviética (URSS), responsável pelas reformas de abertura política e económica, que levaram à desintegração da URSS e do modelo socialista, com políticas como a Perestroika (reestruturação económica) e a *Glasnost* (abertura política).

Prémio Indira *Gandhi* em 1978, Medalha da Paz *Otto-Hahn* em 1989, Prémio Nobel da Paz em 1990, *Harvey Prize For Outstanding* em 1992, ano em que também recebeu o prémio Liberdade de *Ronald Reagan*, *Order of Merit of the Federal Republic of Germany* em 1999, entre outros prémios, condecorações ou coroações, só por si, espelham a dimensão humana, única, universal e intemporal do Homem, Político e Estadista.

*Mikhail Gorbatchov* derrubou muros, construiu a paz e abriu a liberdade a milhões de pessoas. A abertura política por si defendida culminou com a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria. A História reserva-lhe uma página de honra. O mundo deve-lhe respeito e gratidão.

A Assembleia Municipal de Alcochete, reunida no dia 30 de setembro de 2022, delibera prestar homenagem à memória de *Mikhail Gorbatchov*, concedendo justo tributo a esta figura ímpar do final do século passado e que mudou o mundo no início deste século.»

Submetida à discussão e votação, o Voto de Pesar foi aprovado por maioria com 19 votos a favor (15 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 voto do Chega) e 5 abstenções da CDU.

– Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Apresentou a seguinte proposta de Moção “Pela urgente normalização do sistema de transportes rodoviários”:

«A criação da empresa TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, que gere a marca Carris Metropolitana, foi uma importante e corajosa decisão comum de todos os municípios da AML, que delegaram nesta estrutura as competências de entidade gestora de transportes, com o objetivo da criação do efeito de escala e a mudança de paradigma do transporte público nesta região, de modo a dar resposta às necessidades da população que levassem ao aumento da utilização de transporte público e ao combate às alterações climáticas, com políticas integradas e sustentáveis e com recurso a energias renováveis.

O primeiro passo foi a criação do Passe “Navegante”, que permitiu que as pessoas usufruíssem de uma tarifa mais baixa com o apoio financiado do município e que originou logo o aumento da utilização do transporte público.

Depois, deu-se a concessão do serviço de transporte público rodoviário à empresa Alsa Todi – a vencedora do concurso internacional desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) para a área 4, composta pelos municípios de Alcochete, Montijo, Moita, Palmela e Setúbal.

As expetativas para o início da operação eram elevadas, pois o consórcio composto pelas empresas Alsa e Transportes Luisa Todi, Lda., têm um historial com mais de 100 anos ao serviço do transporte público. A Luisa Todi era por todos conhecida e a Alsa é líder no mercado espanhol, contando com presença no Reino Unido, Europa Continental, América do Norte, Norte de África e Médio Oriente, mais de 14.500 trabalhadores nos seus quadros. E ainda pelo facto de se ter a operar uma frota de autocarros completamente nova, moderna, tecnologicamente avançada e amiga do ambiente.

No arranque de uma nova operação – este a 1 de junho de 2022 – são expetáveis e desculpáveis algumas dificuldades, o que veio a confirmar-se, embora estas tenham sido numa escala muito superior ao razoável esperado. Desde o início que existiu falta de motoristas e até conflitos laborais e, embora com dificuldades operacionais, o sistema pareceu ter estabilizado durante os meses de férias de verão.

Para precaver o regresso ao trabalho em força e o início do ano escolar, que levam a um incremento de carreiras e a um aumento significativo de utilizadores, no Conselho Metropolitano realizado a 25 de agosto, sabemos que o município voltou a alertar e a questionar o planeamento e a TML afirmou que estavam garantidas todas as condições para um funcionamento pleno de todas as linhas e horários.

Infelizmente, como se pode verificar, a realidade está muito longe disso.

As justificações de falta de motoristas ou de dificuldades de recrutamento no mercado nacional é inaceitável e insuficiente!

As falhas vão muito para além disso!

Houve desde o início falhas na informação da rede e, embora não fosse competência da CMA, sabemos que a câmara fez correção de traçados, de georreferenciação e de nomenclatura de locais de paragem.

Continuam a ser detetadas falhas diárias, como carreiras que não param nos locais estabelecidos na respetiva linha, circulações inexistentes e/ou realizadas de forma aparentemente aleatória, circulações efetuadas por linhas anteriormente operadas pelos TST que levam a que novas rotas e novas paragens não sejam contempladas.

Continuam a ser detetadas diariamente falhas nos horários, circulações por realizar, atualizações de horários não colocados nas paragens, em hora de ponta trabalhadores e estudantes estão a ficar prejudicados por falta de viaturas circulantes ou lugares disponíveis nas que são utilizadas, utentes que têm de se deslocar várias paragens distantes da sua para conseguir apanhar lugar, os horários escolares não estão a ser efetuados na totalidade e há crianças que têm ficado nas paragens tendo de recorrer a transportes privados para se deslocar para a escola.



Também relativamente ao controlo da rede pouco funciona. Ainda existem viaturas que não têm informação do número da carreira, o que faz com que os utentes não as consigam identificar, continuando a subsistir falhas no sistema de bordo de controlo da bilhética. Continua a não existir dados que devem ser fornecidos pelos sistemas de navegação das viaturas, logo não é possível aferir acerca da real prestação dos serviços, impossibilitando a TML de aferir em tempo real e com fiabilidade, qual o nível de serviço que é prestado, o que, num contrato onde a remuneração do serviço é paga ao Km realizado, é muito grave!

Este serviço de transportes rodoviários é mau, com contornos graves e completamente inaceitável. Todos os dias, a população do nosso concelho sofre transtornos graves causados por um funcionamento caótico, que tem de ter consequências.

Continuamos a acreditar nas premissas deste processo, que ele foi criado para ser um sistema de transportes públicos melhor, mais acessível, moderno e sustentável, mas não podemos deixar de exigir que ele funcione e deixe de prejudicar a nossa população.

Assim, a presente Moção serve para que seja exigida à AML, à TML e à empresa Alsa Todi:

- Que sejam tomadas medidas concretas com vista à urgente normalização do sistema de transportes públicos rodoviários, recorrendo, se necessário, à contratação de serviços externos à empresa, quer de motoristas, quer de viaturas, para suprir no imediato as graves falhas de serviço já enumeradas e até que os motoristas contratados tenham condições de entrar em circulação;
- Que sejam aferidas e aplicadas à empresa todas as penalidades previstas em contrato, pelo flagrante incumprimento para com o nosso município, a sua população e demais municípios da área 4;
- Que sejam apuradas as responsabilidades exigindo-se as consequências.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de setembro de 2022, que esta Moção “Pela urgente normalização do sistema de transportes rodoviários” seja votada e remetida para as entidades abaixo mencionadas:

Sua Excelência, o Presidente da República;

Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;

Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;

Sua excelência, o Ministro do Ambiente;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Área Metropolitana de Lisboa;

Câmara e Assembleias Municipais dos Municípios da área 4;

Câmara Municipal de Alcochete;

Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Alcochete;

Transportes Metropolitanos de Lisboa;

Alsa Todi;

Agrupamento de Escolas de Alcochete;

FAPEECA – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Alcochete.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Referiu que o administrador da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, que é a entidade que faz a ligação entre a AML (que são as câmaras municipais) e a operadora Carris Metropolitana, no dia 20 de setembro disse: “que tudo estava a funcionar bem, havia umas pequenas falhas, mas a conclusão que se tirava é que hoje em dia, tudo funciona melhor do que funcionava antes”, portanto, quando um administrador de uma empresa responsável por exigir à Carris Metropolitana a resolução dos problemas, diz que está tudo bem, considera que alguma coisa está a correr mal, pelo que

considera que está na hora das Câmaras exigirem responsabilidades à administração da TML, que acha que tudo funciona bem.

– Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Mencionou que o objetivo da apresentação da Moção é dar a conhecer o ponto de vista da bancada do PS sobre a questão, pelo facto de não concordarem com aquilo que se está a passar e, no sentido, de a mesma chegar aos responsáveis enumerados para que as consequências possam acontecer.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

– Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Gilberto Filipe Silva”:

«A bancada do PS de Alcochete vem por este meio louvar Gilberto Filipe, cavaleiro tauromáquico e equitador, que se sagrou no dia 22 de julho, em *Les Herbies*, França, bicampeão do mundo na modalidade de equitação de trabalho com o cavalo Zinque das Lezírias.

O cavaleiro e o puro-sangue lusitano revalidaram assim o título mundial, que tinham obtido em 2018, feito inédito nos seis campeonatos do mundo já realizados.

Numa competição que contou com um recorde de 19 nações em prova, o par obteve ainda o título coletivo de campeões mundiais de equitação de trabalho, na equipa portuguesa composta também por Mafalda Mendes com o cavalo Isco, Luís Brito Pais com Horizonte e Tiago Alves com Eoxido.

Gilberto Filipe, que tem somado inúmeros troféus nacionais e internacionais, espelho do seu trabalho, esforço, dedicação e perseverança, elevou, mais uma vez, ao mais alto nível Portugal e Alcochete e os alcochetanos, que têm muito orgulho no jovem de grande talento e a quem desejam a continuação do

excelente trabalho que tem vindo a desenvolver e dos resultados que daí têm surgido, para que possa continuar a superar-se neste honroso percurso.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de setembro de 2022, que este Voto de Louvor a Gilberto Filipe seja votado e para si remetido.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às várias coletividades do concelho, que neste período temporal comemoram os seus aniversários e que passamos a enumerar:

- A Associação dos Reformados de Alcochete, fundada a 14 de julho de 1982, pelo seu quadragésimo aniversário;
- A Associação Alcochete Aktivo, fundada a 15 de julho de 2011, pelo seu décimo primeiro aniversário;
- A Associação das Sevilhanas Rocieras de Alcochete, fundada a 18 de julho de 2009, pelo seu décimo terceiro aniversário;
- O Rancho Folclórico “Os Camponeses” de São Francisco, fundado a 30 de julho de 1965, pelo seu quinquagésimo sétimo aniversário;
- O Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca d’Alva, fundado a 1 de agosto de 1953, pelo seu septuagésimo nono aniversário;
- “Os Canitos” – Associação de Proteção de Animais Abandonados de Alcochete, fundado a 12 de agosto de 2004, pelo seu décimo oitavo aniversário;

- A Associação Desportiva Samouquense (ADS), fundada a 15 de agosto de 1965, que comemorou o seu quinquagésimo sétimo aniversário;
- O Núcleo Sportinguista de Alcochete, fundado a 18 de agosto de 1995, pelo seu vigésimo sétimo aniversário;
- O Aposento do Barrete Verde de Alcochete, fundado a 20 de agosto de 1944, pela comemoração do seu septuagésimo oitavo aniversário;
- A Andante Associação Artística, fundada a 21 de setembro de 1999, pelo seu vigésimo terceiro aniversário.

Gostaríamos de deixar uma palavra de agradecimento à Comissão de Festas Populares do Samouco em Honra da Nossa Senhora do Carmo, assim como à Direção do Aposento do Barrete Verde de Alcochete que este ano voltaram a poder realizar as suas tradicionais festas, certames esses que trouxeram de novo a alegria à Vila do Samouco e à de Alcochete. Muito nos orgulharam e nos presentearam, uma vez mais, com a arte de bem receber.

E, não sendo uma coletividade, mas tendo em conta a função que desempenha e o trabalho que executa em prol da comunidade, queremos deixar também a nossa felicitação à Biblioteca Municipal de Alcochete pelo seu 14.º aniversário, comemorando no dia 13 deste mês de setembro.

Mais uma vez louvamos o trabalho do Movimento Associativo das três freguesias do concelho de Alcochete, que apesar do condicionamento sofrido nos últimos dois anos, tem sabido dar a volta e fazer face a todas as vicissitudes em prol da comunidade. O nosso bem-haja a todos!

Solicita-se à presente assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de setembro de 2022, que este voto de louvor seja votado e remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

**Ao abrigo da alínea e), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Apresentou o seguinte requerimento “Inclusão de um ponto no Período da Ordem do Dia na sessão ordinária de dia 30 de setembro de 2022”:

«Devido à impossibilidade do membro designado pela bancada do PSD comparecer às reuniões da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) nos dias a que as mesmas se realizam, a bancada do PSD vem requerer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a substituição do membro designado pela bancada do PSD para integrar este órgão, através da inclusão do seguinte ponto: 4. Substituição do elemento da Assembleia Municipal designado pela bancada do PSD a integrar a CPCJ.»

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Referiu que foi contactado pela CPCJ para o informar que o elemento designado pelo PSD não tinha comparecido às reuniões para o qual foi convocado, invocando este que não tinha disponibilidade para o efeito.

Dado os factos, informou a CPCJ que o membro deveria renunciar ao mandato, devendo essa renúncia ser transmitida à Assembleia Municipal, no sentido de ser designado novo elemento, não tendo a CPCJ, até à presente data, dado essa informação.

No dia de ontem, o presidente do PSD de Alcochete telefonou-lhe a perguntar se o PSD poderia solicitar a inclusão da designação de novo elemento na Ordem do Dia. Assim, informou que esse pedido de inclusão deveria vir acompanhado com a renúncia do mandato do atual membro da CPCJ, o que não se verifica.

Assim, deixou à consideração da Assembleia a inclusão deste ponto na Ordem do Dia, considerando, contudo, que a designação de novo elemento poderá não ter efeitos legais, sem a renúncia do atual membro.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Na sua opinião, como faltam ainda três meses para realização da próxima Assembleia Municipal, considera que poderia ficar já definida a proposta que o PSD tem para o novo elemento e, por conseguinte, depois do atual membro apresentar a demissão, entrava automaticamente em funções o agora designado.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu que em termos jurídicos não sabe como se processa a questão, contudo, julga que sem haver renúncia, não se pode estar a nomear outra pessoa.

- Presidente da assembleia

Mencionou que juridicamente a substituição não tem efeitos, se a pessoa não renunciar, pelo que se poderá incluir este ponto na Ordem do Dia, eleger e quando for requisitado pela CPCJ, se indicar quem foi designado para substituir.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade a inclusão do ponto na Ordem do Dia.

- Presidente da assembleia

Seguidamente, em relação à “Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal” e, nomeadamente, acerca das dúvidas colocadas por parte das bancadas da CDU e PSD, pelo facto de ter sido indicado pela

bancada do Chega para integrar a Comissão o deputado que se encontrava a substituir a deputada Cecília Martins, referiu que, conforme tinha enunciado, pediu um parecer jurídico. Esse parecer refere: “de acordo com os artigos 41.º e 42.º do Código do Procedimento Administrativo, o elemento suplente quando está na Assembleia tem todos os poderes que um elemento eleito e, portanto, não se vislumbra na Lei algo que impeça que o elemento suplente faça parte da Comissão”. Posto isto, a sua posição é de manter o elemento indicado, porque juridicamente nada inviabiliza que isso aconteça. Informou que brevemente iria convocar os elementos que integram a Comissão para uma reunião.

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo por um período de 5 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

#### **PONTO 2 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS**



## REFEITÓRIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, DURANTE O ANO DE 2023” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 14/09/2022:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer no ano de 2023;
2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2023 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o Ano de 2023”, no valor de €550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros) acrescido do IVA.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Referiu que o procedimento em questão se estende por um período de 365 dias, abrangendo os anos de 2022 e 2023 e, considerando essa mesma repartição de encargos, num ato que considera ser administrativo, mas havendo esta assunção de compromissos plurianuais, compete à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal preconizar a aprovação da proposta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do Chega.

**PONTO 3 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2022, 2023 E 2024**

Proposta aprovada por maioria, com 3 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 14/09/2022:

- «1 - A segunda revisão ao Orçamento da Receita não apresenta qualquer registo.
2. A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubrica nos anos de 2023 e 2024 no montante de €556.000,00 e €444.000,00, respetivamente.
3. A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação nos anos de 2023 e 2024 no montante de €556.000,00 e €444.000,00, respetivamente, que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que as Atividades Mais Relevantes não apresentam qualquer modificação.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) nos anos de 2022, 2023 e 2024;
2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Deu nota que esta Revisão do ponto de vista da Receita não apresenta qualquer registo, havendo só um reforço do ponto de vista da Despesa que se estende aos anos de 2022, 2023 e 2024, devido ao projeto de “Requalificação do Complexo Desportivo de S. Francisco” que tem um prazo de execução de 18 meses e por isso se estima que haja esta necessidade de dois anos, nomeadamente 2023 e 2024. Saliou que o procedimento concursal estará para breve, todavia, a obra propriamente dita apenas terá o seu início no ano de 2023, prolongando-se pelo ano de 2024.

- João Santos, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, referiu que há cerca de 20 anos que a população de S. Francisco e as coletividades e associações desta freguesia lutam por ter um recinto desportivo com alguma dignidade. Espera que o procedimento concursal se desenrole rapidamente e que a obra se inicie logo no início do ano de 2023.

Saliou que fica pasmado com o facto de os vereadores eleitos pela CDU, aquando da votação desta proposta na reunião de câmara do dia 14 de setembro, tenham votado pela abstenção. Considera que primeiro estão as pessoas e que a política deve ficar para trás. Para si, esta votação é demonstrativa de que as pessoas foram remetidas para segundo plano.

- Vereador Jorge Giro

Com a permissão do senhor presidente da assembleia, referiu que ao ouvir a intervenção do deputado que, simultaneamente, é presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco sobre uma alegada posição que os eleitos da CDU tomaram em relação à construção do futuro pavilhão na freguesia de S. Francisco, pediu para o mesmo fazer prova do que disse. Salientou que os vereadores da CDU sempre votaram a favor, seja da construção deste pavilhão, seja da futura ciclovia, seja do Albergue, cujo projeto foi a reunião de câmara no anterior mandato, porque estão pelas pessoas primeiro e pela política depois.

- Presidente da assembleia

Acrescentou que se absteram e que o senhor vereador Jorge Giro apresentou uma declaração de voto para justificar a abstenção.

- Vereador Jorge Giro

Referiu que uma coisa é a construção do pavilhão em S. Francisco, outra coisa bem díspar é aquilo que o senhor presidente da assembleia se estava a focar, que envolve alterações orçamentais, sendo que estas não têm a ver com obras específicas. Salientou que o que os vereadores eleitos pela CDU se absteram na reunião de câmara de 14 de setembro foi à alteração orçamental, que é algo específico e da própria gestão de quem está em funções, sendo que, só quem está em funções é que tem conhecimento exato dos números para propor alterações orçamentais. Quem está na oposição desconhece, especificamente e de forma aprofundada, o que diz respeito esses números e quais as intenções que levam à alteração orçamental, contudo, os mesmos viabilizaram essa alteração abstando-se. Reafirmou que os vereadores eleitos pela CDU são a favor da construção do pavilhão gimnodesportivo em S. Francisco.

- Presidente da assembleia

Mencionou que relativamente ao ponto em discussão, 2.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano, os elementos da CDU abstiveram-se e quanto a isso não há dúvidas. Salientou que a proposta só integra uma única alteração, que é a introdução de verba para construção do pavilhão em S. Francisco.

– João Santos, bancada do PS

Mencionou que era isso mesmo que queria referir, ou seja, esta revisão é só para o concurso da “Cobertura do Ringue do Polidesportivo de S. Francisco”, não é para mais nada, portanto, a proposta está a ser discutida, porque os vereadores do PS votaram a favor. Dava razão ao vereador Jorge Giro se nesta revisão tivesse incluídas outras alterações, mas não, só está o polidesportivo de S. Francisco.

– Presidente da câmara

Considera que se está a empolar em demasia algo que não tem a relevância que se está a querer dar. Julga que aquilo que neste aspeto é relevante é que o atual executivo desenhou e desenvolveu um projeto para fazer um aproveitamento extraordinário de um polidesportivo devoluto, degradado e abandonado existente em S. Francisco, de modo a tornar este equipamento uma mais-valia, não só para os fregueses de S. Francisco, mas para toda a população do concelho. Mencionou que quando o projeto foi apresentado em reunião de câmara mereceu por parte de todos os vereadores presentes a votação por unanimidade. Não menos verdade é que a proposta agora apresentada, embora o ato seja tido como um ato de gestão, é um ato único, que visa, somente, a construção do Complexo Desportivo de S. Francisco.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do Chega.

## **PONTO 4 – SUBSTITUIÇÃO DO ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESIGNADO PELA BANCADA DO PSD A INTEGRAR A CPCJ**

Submetido à discussão, Andreia Sousa, em nome do PSD, designou Cristina Catita.

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

### **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte declaração:

«Assistimos nos últimos meses à maior afronta e ataque à integridade territorial do povo na Europa, desde o final da II Grande Mundial.

Desde o dia 24 de fevereiro que um povo se vê privado do usufruto do dia-a-dia em condições normais. Se a retórica russa falava em operação militar, em libertação, desde cedo percebemos que não seria assim. No último fim-de-semana a Federação Russa levou a efeito referendos ilegais e unilaterais, onde as pessoas votaram ao lado de militares armados em regiões que viram a maioria do seu povo fugir da guerra.

Hoje é um dia particularmente triste, a Federação Russa anexou unilateralmente cerca de 30% do território da Ucrânia. Urge ao ocidente apoiar

o povo ucraniano, para que a velha europa não sofra mais consequências negativas deste conflito.

E também, não na Ucrânia, mas aqui um pouco mais perto de nós, também lamentar aquilo que está a acontecer, nomeadamente, no concelho da Póvoa do Varzim onde o executivo de maioria absoluta PSD está a levar a efeito a demolição da emblemática Praça de Touros da Póvoa do Varzim.»

- Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Propôs a criação da “Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo e das Atividades Económicas”, dado que alguns membros que integravam a Comissão já não são eleitos da Assembleia Municipal.

- Presidente da assembleia

Solicitou que as bancadas decidissem a sua composição, sendo que a sua proposta era que todas bancadas tivessem assento na Comissão.

- Presidente da câmara

Mencionou que esta Comissão foi idealizada e projetada para acompanhar, de alguma forma, a Revisão ao Plano Diretor Municipal (PDM) e como até ao final do ano não vai reunir, porque o trabalho do PDM ainda não chegou à discussão dos órgãos, ou seja, atualmente está domiciliado na CCDR, que ainda terá que ouvir o CNF, a APA e outras entidades com poder vinculativo no diz respeito a esta matéria, indo-se só pronunciar em março de 2023, sugeriu que a Comissão fosse pensada e só criada na Assembleia Municipal de dezembro.

- Presidente da assembleia

Referiu que era uma sugestão, mas como competia à Assembleia decidir sobre a criação da Comissão, questionou a deputada Ana Lourenço do que tinha em mente para a criação da mesma.

- Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Mencionou que por a bancada da CDU ter conhecimento, porque foi referido em reunião de câmara, que a proposta do PDM foi enviada para a CCDR, é que acham que a Comissão já devia ter sido instalada e que deveriam ter tido conhecimento da proposta enviada.

- Presidente da assembleia

Referiu que qualquer membro da assembleia poderia ter solicitado a criação da Comissão, como agora foi efetuado. Dizer que é tarde, porque a proposta de PDM já foi enviada, salientou que qualquer membro pode requisitar documentos, não é preciso constituir-se uma Comissão para ter acesso a informação. Considera que o papel desta Comissão não se prende só com o PDM, existem também outros desafios em termos do ordenamento do território, como, por exemplo, projetos imobiliários para o concelho com impacto.

Submetida à votação, a criação da Comissão foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do Chega.

Assim, questionou se as bancadas estavam preparadas para indicar membros para a Comissão.

- João Espiga, bancada do PS

Referiu que a bancada do PS concordava com a criação da Comissão, mas acham que é prematuro designar já essa a constituição da mesma, dado que isso deveria ser objeto de reunião interna.



- Presidente da assembleia

Salientou que só daqui a três meses é que a assembleia voltaria a reunir.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Sugeriu que a assembleia fosse suspensa para que as diversas bancadas pudessem reunir.

- Presidente da assembleia

Solicitou, em nome do PS, a suspensão dos trabalhos por um período de 10 minutos.

Retomados os trabalhos, questionou as bancadas quanto a estrutura da Comissão.

- Sérgio Simões, bancada do PS

Propôs que a Comissão fosse constituída pelo presidente da assembleia, Mário Boieiro, 3 elementos do PS e por 1 elemento de cada uma das restantes bancadas (CDU, CDS, PSD e Chega).

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Discordou da proposta efetuada pelo PS, porque assim a CDU teria os mesmos membros que as bancadas constituídas por 2 ou 1 deputado.

- Presidente da assembleia

Expôs que se tratava de uma Comissão de trabalho, devendo estar todas as bancadas representadas por uma questão de pluralidade de ideias e de opiniões, não tendo a ver com a questão de proporcionalidade dentro dos partidos, porque a Comissão reflete a opinião de um grupo.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Mencionou que se o que conta é a pluralidade, basta um elemento de cada bancada.

- Presidente da assembleia

Afirmou que era compreensivo o PS apresentar esta proposta, ou seja, está a dizer que não vai perder o poder que tem de voto na Comissão.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Considera assim que o senhor presidente se está a contradizer.

- Presidente da assembleia

Mencionou que não se estava a contradizer e que o PS ao apresentar esta proposta apenas procura o equilíbrio da força política que existe na assembleia.

- Mafalda Catalão, bancada do PS

Considera que a Comissão deve ser eleita, até porque os membros que a constituíam, alguns, já não são eleitos da Assembleia Municipal, todavia, considera que estar a decidir a sua composição, sem saber qual era a composição da Comissão anterior e a sua proporcionalidade parece-lhe prematuro. Julga que cada bancada deveria pensar, ponderar e falar o assunto entre si para decidir a sua constituição.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Mencionou que quem faz parte da anterior Comissão sabe quem são, faltando duas pessoas que na altura eram deputados eleitos e agora não são, sendo

que a Comissão era constituída por 2 elementos da bancada da CDU, 2 elementos do PS, 1 da bancada do CDS e 1 da bancada do PSD.

- Presidente da assembleia

Considera que os presidentes das juntas de freguesias deveriam ter lugar na Comissão, dado que se está a falar de território.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Face o exposto, propôs que a Comissão fosse constituída por 6 elementos do PS, isto é, os 3 presidentes de junta de freguesia e 3 elementos do PS, 2 elementos da bancada da CDU, 1 elemento da bancada do CDS, 1 elemento da bancada do PSD e 1 elemento da bancada do Chega.

Submetida à votação, a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Consequentemente, o presidente da assembleia solicitou que as bancadas indicassem os nomes para a constituição da Comissão.

Assim:

- Fernando Brandão, em nome do Chega, indicou Cecília Martins;
- Andreia Sousa, em nome do PSD, indicou Andreia Sousa;
- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, indicou Alexandre Gonçalves;
- Ana Luísa Lourenço, em nome da CDU, indicou Ana Luísa Lourenço e Rui Mortal;
- Diogo Mourão, em nome do PS, indicou o presidente da assembleia, Mário Boieiro, Carla Pereira, João Espiga, Maria Manuel Maduro (presidente da Junta de Freguesia de Alcochete), Leonel Fina (presidente da Junta de Freguesia do Samouco) e João Santos (presidente da Junta de Freguesia de São Francisco).

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:15 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,